

# A constituição discursiva do escândalo político como luta social: o emprego da metáfora no discurso midiático em “novos alopados”

**Maria Eduarda Gonçalves Peixoto**

Universidade Estadual do Ceará

**Ruberval Ferreira**

Universidade Estadual do Ceará

**Resumo:** No Brasil, o escândalo político tem se tornado cada vez mais frequente, revelando as dimensões e o funcionamento do poder institucional no país. Pensando o evento particular em sua relação com a estrutura social mais ampla, este artigo objetiva apresentar e discutir o escândalo político como evento tenso de significação que se constitui discursivamente por instâncias enunciativas de mídia. Fundamentado teoricamente em uma concepção de escândalo político como acontecimento simbólico (THOMPSON, 2002) e em uma perspectiva de discurso enquanto prática articulatória hegemônica (LACLAU e MOUFFE, 1987; LACLAU, 2011), este trabalho empreende uma análise do escândalo político *Novos Alopados*, descrevendo comparativamente o emprego da estratégia discursivo-textual da metáfora (LAKOFF e JOHNSON, 2002) nas práticas discursivas midiáticas das revistas *Veja* e *Carta Capital*. Os resultados obtidos indicam que o escândalo político em foco constitui-se discursivamente em embates hegemônicos, o que permite uma leitura do evento em geral como luta social.

**Palavras-chave:** Escândalo político; discurso; hegemonia; metáfora.

**Title:** The discursive constitution of the political scandal as social struggle: the use of metaphor in the media discourse in the “Novos Alopados”.

**Abstract:** The political scandal has become very frequent in Brazil, revealing the dimensions and the operation of institutional power in the country. In thinking of the particular event in its relation to the broad social structure, the article aims to present and discuss political scandal as a tense event of signification that is constituted discursively by enunciative in stances of media. Based on a conception of political scandal as a symbolic event and on a conception of discourse as hegemonic articulatory practice, this article analyzes the *Novos Alopados* political scandal, comparing the use of the discursive-textual strategy of the metaphor in the discursive practices of the magazines *Veja* and *Carta Capital*. The results indicate that the political scandal in focus constitutes discursively in hegemonic conflicts, allowing a reading of the event in general as a social struggle.

**Keywords:** Political scandal; discourse; hegemony; metaphor.

## **Introdução**

A conjuntura sociopolítica brasileira tem sido cada vez mais marcada por conflitos diversos desencadeados por sucessivos escândalos políticos, especialmente na última década da democracia no país. Certamente, um olhar atento sobre a grave crise política pode nos mostrar muito mais que metanarrativas ideológicas em defesa de julgar os casos de transgressão a leis, normas ou convenções em termos de solução moral. A primeira lição que podemos extrair desse quadro geral é que o uso extensivo e cotidiano que temos feito da expressão “escândalo político” não nos é mais válido ou inteiramente suficiente. De fato, a concepção de escândalo político mais amplamente partilhada no senso comum, desde a segunda metade do século XX, define o evento como a revelação pública, através da imprensa, de uma transgressão ocorrida na esfera da política institucional. No entanto, conforme devemos argumentar neste trabalho, o escândalo político midiático tem ultrapassado a fronteira do campo da

política e atingido a estrutura social em sua natureza elementar. Ao mesmo tempo em que se conecta com a política, em sentido estrito, isto é, com a normatividade que rege relativamente as formas de vida na sociedade, o escândalo político também se liga às lutas hegemônicas que constituem tais formas de vida simbolicamente.

Um exemplo de que este tipo de evento não é revelador somente de uma prática particular de transgressão, em referência a uma situação extraordinária, mas do próprio modo de tessitura simbólico-discursiva de uma determinada sociedade é o caso do escândalo político brasileiro *Novos Alopados*, ocorrido durante as eleições presidenciais de 2010. O evento deu início a uma sequência de acontecimentos que, ao desestabilizarem o primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT) e interromperem o segundo com um processo de *impeachment*, passaram a compor um complexo movimento de significação que colocaria em pauta os riscos e os limites da democracia no Brasil. O episódio trouxe à tona a realização, em 2009, da quebra ilegal de sigilo fiscal de centenas de contribuintes brasileiros na Receita Federal, entre os quais dirigentes do partido político PSDB e familiares do então candidato à presidência pela referida legenda, José Serra. De um lado, sustentou-se a versão de que a violação de dados fiscais teria sido encomendada pelo núcleo de comunicação da campanha da então candidata Dilma Rousseff (PT), em vista da confecção de um falso dossiê contra o seu principal adversário político, à moda do chamado *Escândalo dos Alopados* (2006). De outro lado, novas narrativas surgiram nos noticiários, informando o caso como resultado de uma disputa fratricida dentro do próprio PSDB pela pré-candidatura à presidência da república, envolvendo o ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves e o ex-governador de São Paulo José Serra.

Logo se configurou uma batalha simbólica no espaço público em que oposições, reificadas na disputa do bem contra o mal, foram construídas e reproduzidas para instaurar o inimigo contra quem o país deveria lutar. Ultrapassando os limites do espaço estrito do poder institucional, o escândalo político precisa ser pensado a partir de uma reflexão que considera urgente e necessário investir no esforço de investigá-lo em sua relação com a estrutura (de racionalidade) da realidade

social. Assim, esta pesquisa tem por principal razão o intuito de (fazer) compreender que o epítome da irrupção de um escândalo político não é o simples descobrimento, pela imprensa jornalística, de casos de irregularidades na esfera institucional do poder, mas um movimento tenso de significações, que é mediado por instâncias enunciativas midiáticas, para legitimar ou transformar sistemas convencionados de valores, juízos e comportamentos. Mais especificamente, argumentamos em favor da tese de que o escândalo político é constituído discursivamente em uma luta social através da mediação de significações mobilizada por instâncias enunciativas de mídia.

Em vista desta tese, o presente trabalho empreende uma investigação comparativa de práticas discursivas midiáticas que constituíram o escândalo político *Novos Alopados*, tendo como instâncias enunciativas de análise as revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*. Para dar conta dessa pauta, inicialmente explanamos a Teoria Social do Escândalo Político (THOMPSON, 2002), em virtude da qual fundamentamos a concepção do fenômeno como evento midiático e simbólico. Em seguida, apresentamos a Teoria do Discurso (LACLAU, 2008, 2011; LACLAU e MOUFFE, 1987), que nos serve para a compreensão da mediação simbólica do evento como articulação hegemônica de práticas discursivas, o que viabiliza a análise do acontecimento e sua constituição particular em relação à estrutura sociopolítica do país. Adiante, exploramos a metáfora (LAKOFF e JOHNSON, 2002) como principal estratégia discursivo-textual mobilizada nas práticas discursivas midiáticas em foco. Por fim, discutimos os resultados obtidos em razão da defesa de uma crítica da linguagem para a análise social do escândalo político.

### **O escândalo político como experiência simbólica: mídia e poder**

Para o entendimento de uma análise sobre o escândalo político, deve-se partir de uma definição do fenômeno. Na pesquisa que desenvolvemos, o evento é concebido segundo a Teoria Social do Escândalo Político, proposta por J. B. Thompson (2002). Com o intuito de mostrar que os escândalos não são apenas tragédias pessoais, mas

também disputas em que estão em jogo os próprios recursos dos quais o poder, até certo ponto, depende, o autor arquiteta uma concepção crítica de escândalo político que o caracteriza em termos de mídia e poder. Esta reflexão é útil para o nosso propósito de pensar o evento como experiência simbólica, isto é, constituída pelos veículos de mídia que o (in)formam e integrada a formas de lutas hegemônicas de poder. Assim, nesta seção, apresentamos os principais aspectos do escândalo político que fundamentam nossa leitura do evento como experiência simbólica.

Embora a expressão “escândalo” tenha origem datada na passagem da idade média para a modernidade, e, muito antes disso, referida em livros religiosos, somente a partir do século XVII o termo “escandaloso” passou a ser utilizado para indicar acusações prejudiciais, potencialmente caluniosas, tornadas comuns à população por meio de publicações impressas. As técnicas de impressão desenvolvidas por J. Gutenberg, ainda no século XV, como a invenção da prensa, foram exploradas comercialmente em todo o mundo e apropriadas como métodos eficazes para impressão de textos extensos, com maior número de tiragens, abrindo caminho para os primeiros passos da comunicação de massa. Desde então, a emergência do escândalo político acompanhou o desenvolvimento dos *media*, especialmente devido às transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX.

A primeira dessas transformações refere-se às relações econômicas e tecnológicas da imprensa. Até o início do século XVIII, os jornais exigiam um investimento de alto custo, a tecnologia não permitia tiragens em grande escala e o financiamento dos pequenos empreendimentos dependia de receitas de vendas, de subsídios e de taxas pagas por indivíduos e partidos políticos. No início do século XIX, devido ao avanço das tecnologias de impressão, ao aumento do número de pessoas alfabetizadas e ao interesse de organizações e entidades comerciais pelos meios de comunicação em massa, houve queda de custo e expansão da circulação dos jornais. A segunda mudança refere-se às relações entre imprensa e partidos políticos. Até o século XVIII, jornais e outros periódicos eram politicamente orientados, em decorrência do fato de serem geralmente propriedades de indivíduos com filiações partidárias explícitas

e por receberem regularmente apoio financeiro de grupos políticos. Como esclarece Schudson (1978, p. 65), no início do século XIX, os *media* conquistaram “certa autonomia”, o que deu espaço para a reivindicação de neutralidade política. A terceira mudança, por fim, refere-se tanto à emergência do conceito moderno de notícia, algo que se deveria descobrir através de um processo de investigação, quanto ao surgimento da profissão do jornalista, disto é, de seu *ethos*, que enfatizava a obrigação de descobrir e narrar os fatos de modo vivo e divertido (THOMPSON, 2002, p.82)

Influenciado por essas mudanças, o escândalo político encontrou no século XX a sua definição como gênero poderoso das modernas formas simbólicas de articulação política na vida pública, delimitando-se como evento que implica a “revelação através da mídia de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, cuja revelação desencadeia uma sequência de ocorrências posteriores” (THOMPSON, 2002, p.82). Entende-se, hoje, que o escândalo político surge de alguma ação ilícita ou desobediente a determinada lei, norma ou convenção. A transgressão, conforme explica King (1986 p.175), situa-se em uma espécie de “espaço intermediário na indecência”, isto é, em um lugar entre uma infração ou uma má conduta, de um lado, e um crime grave, de outro. Esta zona, necessariamente mal delimitada, torna o escândalo um fenômeno complexo em um sentido específico: a transgressão, embora seja condição de surgimento de um escândalo, não implica, por si só, a promoção de um episódio escandaloso, pois é preciso que haja publicização e desaprovação no espaço público das práticas e pessoas envolvidas no evento, o que depende dos sistemas de valores e modos de conduta compartilhados em um determinado país ou região.

Neste aspecto particularmente, o poder torna-se palavra-chave na construção do escândalo político, especialmente nas democracias representativas neoliberais, em que os eleitores têm “a possibilidade de escolha entre dois ou mais partidos e a massa da população tem direito ao voto” (GIDDENS, 2007, p.344). A política, nesses regimes, se articula em termos de campos, em que se dão competições entre diferentes forças. O escândalo político se desdobra no interior de um determinado domínio

social, que, por inspiração em Bourdieu (1984), classifica-se como campo. Campo é um lugar onde se dão tipos de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem entre si pela dominação de um cabedal específico. Para o autor francês, o Estado - enquanto corpo formado por sistemas de autoridade que envolvem um arranjo complexo de regras e procedimentos cuja razão é autorizar e vigiar determinadas práticas - tem suas instituições legitimadas por quatro tipos principais de poder, que mantêm vínculos entre si: i) o poder econômico, que provém da atividade humana produtiva; ii) o poder político, que deriva da atividade de coordenação e de regulamentação; iii) o poder coercitivo, que implica o uso real ou sob ameaça da força física; e iv) o poder simbólico, que nasce dos modos de produção, transmissão e recepção de formas simbólicas.

Esta última especificidade, a do poder simbólico, é particularmente importante para a definição do escândalo em termos de luta social, porque seu foco evidencia a capacidade de influenciar indivíduos, alterar atividades e mesmo criar realidades, uma vez que se refere “à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e, na verdade, de também criar acontecimentos” (THOMPSON, 2009, p.23) através da produção e transmissão de formas simbólicas. O poder simbólico, segundo Bourdieu (1984, p.114), é utilizado pelos representantes governamentais com a finalidade de “persuadir, de confrontar e de intervir” sobre ações e crenças. Afora isso, também é amplamente usado em formas sociais de cultivo de relações de confiança.

Notemos, assim, que o poder simbólico não é inferior aos demais, não sendo, conseqüentemente, secundário à luta pelo poder político. Ao contrário, uma análise mais atenta sobre o escândalo político indica que esse tipo de poder é essencial na vida pública contemporânea, de modo tal que os escândalos políticos têm se destacado como meios potencialmente eficazes para prejudicar a reputação de sujeitos sociais. A reputação é um dos aspectos do capital simbólico, segundo Bourdieu (1984, p.114), que equivale a “rituais de reconhecimento social”, contemplando os demais capitais (o cultural, o econômico e o social). Em um escândalo político, a apreciação e a estima relativas a indivíduos, partidos, instituições ou

empresas são bastante caras aos participantes na disputa e reveladoras dos mecanismos de funcionamento do poder político na sociedade.

Neste processo de constituição do escândalo político em termos de poder, a mídia assume papel decisivo. Atualmente, as pessoas (re)orientam aspectos muito particulares de suas formas de vida por sistemas de especialidades (de organização e, até certo ponto, de controle), informando-se em jornais e revistas sobre questões que vão desde a sua intimidade a confrontos globais entre países. Tudo isso aponta para um novo tipo de espaço midiático que terá profundas implicações para “o exercício do poder e também para as oportunidades de participação pública na vida política” (SILVERSTONE, 2002, p.264). Os contextos ordinários da vida cotidiana são invadidos pelos sistemas abstratos institucionais e organizacionais da economia e do estado (BECK, 1997), a partir do enorme acesso a recursos de conhecimento e informação e, simultaneamente, na sua dependência em relação a tecnologias de mediação. Nesse processo de mediação - ou midiação, uma vez que a experiência da mediação é cada vez mais caracterizada e definida por tecnologias de mídia -, os sentidos dos acontecimentos escandalosos dependem diretamente dos recursos simbólicos de massa mediados, em outras palavras, quando e de que forma as indústrias de mídia (in)formam os eventos que noticiam.

Certamente, uma leitura do escândalo político como experiência simbólica, com foco sobre questões de mídia e poder, requer uma reflexão cuidadosa acerca de como se constitui o evento, isto é, sua configuração na conjuntura mais ampla da vida social. Em virtude desta preocupação, argumentamos, na seção seguinte, que o escândalo político consiste num evento simbólico constituído por práticas discursivas midiáticas, em um jogo de articulações hegemônicas.

## **A constituição discursiva do escândalo político midiático: em torno do conceito de hegemonia**

A investigação que realizamos sobre a constituição discursiva do escândalo político midiático orienta-se pelo referencial teórico-conceitual da Teoria do Discurso, de E. Laclau. Articulando explorações provisórias, em vez de quadros teóricos acabados, o autor oferece uma obra que pode ser considerada, simultaneamente, uma ontologia do social, uma teoria geral da política e uma teoria do discurso. Há, pois, muitas maneiras pelas quais se pode discorrer sobre as reflexões de Laclau, que, desde os anos 80, tem inspirado distintas produções intelectuais e diversos movimentos político-culturais, especialmente na América Latina. Assim, esclarecemos que, dentro do recorte teórico-metodológico deste trabalho, estamos ocupados em interpretar a obra de Laclau, sobretudo, como uma teoria do discurso, com atenção específica para o conceito de prática discursiva como hegemonia.

### **Definindo discurso como prática articulatória**

Conforme aponta Derrida (1978, p.280), dada a ausência de um centro ou de uma origem, tudo passou a ser discurso: discurso consiste em um “sistema em que o significado central, o significado original ou transcendental, nunca está absolutamente presente para além de um sistema de diferenças”. Laclau, por essa perspectiva, compromete-se a conceber a sociedade a partir da lógica relacional da linguagem, lançando mão dos conceitos de articulação, momento, elemento e discurso.

A articulação é toda prática que estabelece uma relação entre elementos, cujas identidades modificam-se como efeito dessa prática. O complexo conjunto estruturado a que Althusser (1985) fez referência para explicar a ordem social como constituída simbolicamente, em oposição à ideia de totalidade hegeliana, é, segundo Laclau e Mouffe (1987), resultante dessa prática articulatória, e, com esse caráter simbólico, isto é, sobredeterminado, define-se como sendo discurso. Os momentos são as “posições diferenciais” que são articuladas no interior do discurso (LACLAU

e MOUFFE, 1987, p.124), isto é, identidades relacionais que se articulam, formando o próprio discurso. Os elementos, por sua vez, são as diferenças que não estão articuladas discursivamente. Diante dessa trama, podemos dizer que discurso é (tentativa de) domínio do campo da discursividade, por ter o intento de organizar e controlar o fluxo das diferenças.

O campo da discursividade é, como caracteriza M. Foucault, uma formação discursiva, que não se unifica em virtude de um objeto comum, de um estilo comum de produção de enunciados, de uma constância de conceitos ou de uma permanência de certo tema, mas em virtude de uma “regularidade na dispersão” (FOUCAULT, 1997, p.43). A dispersão é, enfim, o próprio princípio da unidade, na medida em que ela é “governada por regras de formação, pelas complexas condições de existência dos elementos” (FOUCAULT, 1997, p.43). Assim, a discursividade é concebida, em termos de dispersão e de regularidade, como conjunto de posições diferenciais. As práticas articulatórias, que configuram a realidade social como tal, estão radicadas nesse conjunto de posições de diferença, de modo que todo elemento, ao ser reduzido a um momento da prática articulada, ocupa uma posição diferencial no discurso. Por isso, Laclau e Mouffe (1987) compreendem que a sociedade tem sua regularidade apenas na forma de fixação relativa e precária da instituição de sua ordem simbólico-discursiva. É isso o que torna a vida social uma estrutura sempre aberta e dinâmica.

Essa reflexão nos leva a repensar a insistência em definir uma fronteira entre o que é discursivo e o que não é discursivo. Sendo a articulação uma prática discursiva que “não tem um plano de constituição *a priori* ou à margem da dispersão dos elementos articulados” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p.186), tais elementos são sempre identidades relacionais. Os objetos e suas propriedades materiais estão, pois, engajados em jogos de linguagem, isto é, dentro de sistemas de significação, em que os objetos estão arranjados no campo de uma ontologia geral (WITTGENSTEIN, 2009; LACLAU e MOUFFE, 1987), que coincide com a totalidade das relações na sociedade, ou seja, o discurso. Como podemos notar, a categoria do discurso é utilizada por Laclau (1990, p.100), muito estrategicamente, para enfatizar o fato de que “toda configuração social é significativa”. Discurso

é, logo, essa configuração sistemática de relações de diferenças que compõe a realidade social simbolicamente.

Para compreendermos de que modo esta noção de discurso, como configuração simbólica criadora e criativa da realidade, vincula-se à leitura que aduzimos do escândalo político como evento instituído discursivamente, precisamos amadurecer a concepção de fenômeno simbólico.

### **O discurso na construção simbólica do escândalo político**

J. Lacan propôs o ternário real, imaginário e simbólico como registros essenciais da realidade humana. O ternário é uma referência matemática na clínica lacaniana, ao permitir a identificação de campos, a partir dos quais as experiências do indivíduo são analisadas. No entanto, para muito além da referência de campo, a organização dos registros em nó borromeano implica uma série de contribuições ao esforço de expandir a lógica relacional da linguagem para o terreno do social, como quer Laclau. Em síntese, a respeito dos três registros, pode-se dizer que o simbólico remete à linguagem, em sua função social organizadora, o imaginário designa a relação com a imagem do outro e o real consiste num efeito do simbólico, naquilo que o simbólico exclui ou recalca para se instaurar.

Dado o enfoque deste trabalho no registro simbólico, esclarecemos que, conforme apresenta Vanier (2005), o simbólico está em primeiro plano quanto aos demais registros, quando Lacan (1998, 1990) afirma que é a partir dele que o imaginário e o real são instaurados. Notemos, aqui, que o simbólico remete simultaneamente “à linguagem e à função compreendida por Lévi-Strauss como aquela que organiza a troca no interior dos grupos sociais” (LACAN, 1998, p.12). A partir disso, Laclau formula uma ontologia do social segundo a qual a sociedade como totalidade objetivável não existe. Dado o caráter incompleto de toda totalidade, abandonamos logo a premissa da sociedade como totalidade suturada e autodefinida: “sociedade não é um objeto válido de discurso [...] não há nenhum

princípio subjacente isolado que determine – e, portanto, constitua – todo o campo das diferenças” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p.127).

Nessa direção, a relação que se estabelece entre realidade social e linguagem não é de representação ou designação, mas de um movimento complexo e dinâmico de constituição simbólica. É nesse sentido que, ao compreendermos que o escândalo político se constitui a partir de práticas articulatórias discursivas empreendidas por instâncias enunciativas de mídia, estamos sublinhando que o evento não se reduz ao campo restrito da política institucional, mas se amplia ao ponto de se integrar na movimentação de significações em que consiste simbolicamente a realidade social. Dito isto, cabe-nos pensar se esse movimento de significação, definido pela dinâmica do jogo de diferenças, ocorre aleatoriamente ou não. Para isso, devemos explorar, mais amiúde, o *modus operandi* da lógica discursiva: a hegemonia.

O atamento do nó lacaniano, a que nos referimos há pouco para explicarmos a natureza simbólica da realidade social, não é um espaço preenchido por uma positividade, mas por um vazio. Ora, se a estrutura social configura-se a partir de processos de significação e se estes processos são constringidos em seus esforços de totalidade e objetividade, então estamos sempre diante de estruturas incompletas, marcadas pelo deslocamento traumático do real. Assim, a lógica da hegemonia apresenta-se, segundo Laclau e Mouffe (1987), como uma operação suplementária, que é exigida por desajustes conjecturais. Toda prática discursiva consiste em uma luta de hegemonia, à medida que se constitui através de uma relação ontológica fundamental em que a plenitude (totalidade) só pode ser tocada através de um investimento em um objeto parcial, que não é, acrescentam os autores, uma parcialidade dentro da totalidade, mas uma parcialidade que é a totalidade. Logo, a hegemonia diz respeito à totalidade ausente e às diversas tentativas de recomposição e de rearticulação, que, superando a lacuna original do real, permite dar sentidos a lutas e construir positivities para forças históricas em disputa.

Não há, portanto, choques cegos entre forças em um movimento simbólico de significação, mas uma luta hegemônica por sentidos.

Fundamentos neste modo de concepção da realidade social como constituída simbólica e discursivamente e orientados por uma visão de discurso como prática articulatória de hegemonia, o nosso interesse em propor uma leitura possível do escândalo político a partir do conceito de discurso não aponta para o esgotamento de categorias historicamente privilegiadas nas análises sociológicas do evento, como a corrupção. A razão parte da necessidade de uma crítica da linguagem à constituição simbólica do escândalo político como evento midiático, útil ao desenvolvimento de uma interpretação preocupada em pensá-lo na conjuntura das tensões que compõem a tessitura social da realidade.

Pensando a hegemonia, portanto, como sendo a própria constituição das práticas discursivas midiáticas do escândalo político como luta por sentido, faz-se necessário examinar de que modo tais práticas articulatórias são empreendidas efetivamente através dos textos que (in)formam o evento.

### **A metáfora no discurso midiático**

Quando pensamos no processo de constituição simbólica do escândalo político através de práticas discursivas midiáticas, há, certamente, muitos recursos discursivo-textuais mobilizados pelas instâncias de mídia. Neste trabalho, consideramos a categoria discursivo-textual da metáfora como tipo de recurso mais relevante quanto ao nosso propósito de mostrar a luta hegemônica por sentidos em que consiste o evento. Assim, esta seção dedica-se à apresentação da teoria da metáfora formulada pelo linguista G. Lakoff e pelo filósofo M. Johnson, destacando os aspectos principais que devem nos servir como referencial para a análise da constituição discursiva do escândalo *Novos Alopados*.

A metáfora, conforme explicam Lakoff e Johnson (2002), é tão importante quanto os sentidos da percepção humana, porque atua nos modos de racionalidade, julgamento e ação das pessoas na vida social, ao ponto de se poder afirmar que a metáfora está no pensamento muito antes de se fazer presente na superfície lexicogramatical de um texto. A

metáfora possui natureza cognitiva e se manifesta em toda forma de linguagem, não apenas nas modalidades artísticas ou poéticas: “a metáfora faz parte da vida cotidiana, não somente na linguagem, como também no pensamento e na ação” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.3). Com base nisso, acreditamos que parte da natureza discursiva do escândalo político é, fundamentalmente, metafórica, sendo a metáfora não um recurso de ornamentação retórica, mas uma estratégia discursivo-textual que realiza a mediação entre o evento local e a estrutura social, intervindo nas formas de vida da sociedade, considerando que toda forma de vida edifica-se na partilha de “um padrão de racionalidade que se encarna em instituições, disposições de condutas valorativas e hábitos” (SAFATLE, 2008, p.12).

Há três tipos principais de metáforas. Primeiro, a metáfora **conceitual** ou **estrutural**, que diz respeito a generalizações que “governam nossas expressões linguísticas” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.17), isto é, são expressões responsáveis por estruturar metafórica e parcialmente um conceito em termos de outro. Assim, uma análise desse recurso discursivo-textual deve ter por propósito realizar um mapeamento sistemático entre o domínio-fonte, de onde partem as inferências, e o domínio-alvo, em virtude do qual as inferências são aplicadas. No exemplo<sup>1</sup> abaixo:

A estratégia passa por declarações para blindar Dilma.

a metáfora conceitual *discussão é guerra* pode ser compreendida em termos de como o domínio-fonte *guerra* aplica-se ao domínio-alvo *discussão*.

O segundo tipo de metáfora é a **orientacional**, que está diretamente relacionada com a experiência do corpo no interior de determinado espaço, portanto tendo o corpo como referencial, à medida que ela imprime ao conceito uma “orientação espacial” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.61). Essa estratégia de simbolização pela metáfora orientacional,

---

<sup>1</sup> Todos os exemplos apresentados ao longo desta seção foram retirados do *corpus* da pesquisa.

por isso, é dependente dos conjuntos de valores e apreciações que se encontram presentes em dada cultura (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.61). No exemplo abaixo:

[...] Dilma Rousseff, candidata do PT, de quem partiu a ordem irada para alagar os porões que, de outra forma, iniciariam suas operações.

podemos visualizar como a metáfora orientacional pode, de fato, organizar-se em torno de esquemas imagéticos e de relações de oposição. Na cultura ocidental, a espacialização para cima é experienciada e apreciada, em geral, como algo bom ou positivo, enquanto a espacialização para baixo, ao contrário, é experienciada e apreciada em termos do que é ruim, mau ou negativo. No excerto, a expressão “porões” representa negativamente o chamado núcleo de comunicação da campanha de Dilma Rousseff, acusado de ser o autor das operações de violação de sigilo fiscal na Receita Federal.

Por fim, o terceiro tipo de metáfora é a **ontológica**, que diz respeito ao modo de “entender eventos, atividades, emoções e ideias como entidades ou substâncias” (LAKOFF, JOHNSON, 2002, p.76). É possível chegar a conceitos mais abstratos atribuindo-lhes características específicas. Assim, esse tipo de metáfora é importante para que consigamos racionalizar experiências mais abstratas, criando uma inteligibilidade sobre elas, ao identificá-las a partir de referências, categorizações, agrupamentos, caracterizações, etc. No exemplo:

A família Sarney jamais perdoou o tucano pelo golpe.

a “Operação Lunus”, da Polícia Federal, que, em 2002, desencadeou o escândalo que derrubou a candidatura à presidência de Roseana Sarney (PFL, atual DEM), é lexicalizada metaforicamente em termos de combate e traição, como a expressão “golpe” indica.

Como é possível observar nos exemplos supracitados, os discursos podem ser diferenciados através de metáforas, o que torna a categoria especialmente útil para a identificação dos pontos de distinção entre as práticas discursivas analisadas. Para conhecermos de que modo, através do uso da metáfora, os discursos midiáticos caracterizam-se particularmente e se engajam na luta hegemônica em que consiste o escândalo político *Novos Alopados*, a seção seguinte detalha os procedimentos de análise da investigação empreendida.

### Metodologia e procedimentos de análise

Fundamentada teoricamente a concepção de escândalo político como evento midiático e simbólico, instituído por práticas discursivas que mobilizam, entre outros recursos, a estratégia da metáfora na significação do acontecimento, cabe-nos, agora, analisar o *modus operandi* desse processo de mediação textual. Para isso, nossa investigação organiza-se em quatro etapas, descritas e detalhadas ao longo desta seção.

### Contextualizando o escândalo político *Novos Alopados*

Depois de recuperado de um tiro, após reportagens publicadas na série “Tráfico, extermínio e medo”, do *Correio Braziliense*<sup>2</sup>, iniciada em setembro de 2007, que denunciava o tráfico de drogas em Brasília, o jornalista Amaury Ribeiro foi transferido do *Correio* para o *Estado de Minas*, ambos do mesmo conglomerado de mídia, o *Grupo Diários Associados* (D.A.). O motivo da transferência foi uma nova missão de trabalho, cujo objetivo era, como ele relatou: “descobrir quais são os arapongas que estariam no enalço do governador de Minas, Aécio Neves, durante seus discretos roteiros sentimentais pelo Rio de Janeiro” (RIBEIRO, 2011, p.24). Segundo o jornalista, na disputa interna pela pré-candidatura

---

<sup>2</sup>*Correio Braziliense*, “Tráfico tenta matar jornalista” (20/09/07), de **Guilherme Goulart e Adriana Bernardes**. Disponível em: <<http://www.estacaodanoticia.com/index/comentarios/id/6744>>.

presidencial no PSDB, o então governador de São Paulo, José Serra, teria encomendado um dossiê contra Aécio Neves, sob o comando do ex-deputado (PSDB-RJ) e ex-delegado da Polícia Federal, Marcelo Itagiba.

Com a primeira fase das investigações concluída, Ribeiro procurou a assessoria de imprensa de José Serra, para ouvir seu pronunciamento quanto à recente descoberta: a abertura por Alexandre Bourgeois - empresário casado com a filha de José Serra - de duas *offshores*<sup>3</sup>, Vex Capital e a Iconexa Inc., em um paraíso fiscal nas Ilhas Virgens Britânicas, com dinheiro oriundo de privatizações e corrupção no Brasil. Serra, ciente da investigação que Ribeiro realizava sobre processos de privatizações e do desejo de Aécio Neves pela pré-candidatura à Presidência, mobilizou seus recursos, junto ao paulista *O Estado de São Paulo*, para alavancar sua posição na disputa pré-eleitoral, segundo Amaury. Em 28 de fevereiro de 2009, *O Estado de São Paulo* publicou “Pó pará, governador?”<sup>4</sup>, assinado pelo jornalista e escritor falecido Mauro Chaves. O libelo ironizava o suposto pedido de Aécio Neves ao então presidente Lula para definir “as prévias eleitorais presidenciais impreterivelmente até o dia 30 de março” e insinuava uma ligação de Neves com o tráfico de drogas, como sugere o termo “pó”. A estratégia de Serra e seus aliados, incluindo o seu *entourage* na mídia hegemônica de São Paulo, funcionou, e, em 17 de dezembro de 2009, Aécio desistiu oficialmente da pré-candidatura para a Presidência, através de uma nota divulgada no portal *G1*<sup>5</sup>.

Em 15 de março de 2010, o PSDB lançou a pré-candidatura de Aécio Neves ao Senado da República, afirmando que o partido em Minas Gerais e os correligionários do governador Aécio Neves estavam “totalmente comprometidos com o nome do governador de São Paulo, José Serra, como pré-candidato à presidência da República nas eleições deste ano”,

---

<sup>3</sup> *Offshore* é uma empresa bancária estabelecida no estrangeiro que tem sua contabilidade num país distinto de onde atua e é alheia à legislação nacional, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/po-para-governador.html>>.

<sup>5</sup> “Aécio Neves desiste de disputar a Presidência em 2010” (17/12/2009). Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1419120-5601,00-AECIO+NEVES+DESISTE+DE+DISPUTAR+A+PRESIDENCIA+EM.html>>.

conforme o site oficial do PSDB destacou<sup>6</sup>. Alguns meses depois de confirmada a candidatura de José Serra à presidência da república, a *Folha de São Paulo* publicou, em 12 de junho de 2010, a matéria “PT fez dossiê com dados sigilosos de vice-presidente do PSDB”, sob assinatura de Leonardo Souza, deflagrando os primeiros passos rumo ao escândalo político que protagonizou as eleições presidenciais à época. A *Folha* afirmou que a “chamada ‘equipe de inteligência’ da pré-campanha de Dilma Rousseff (PT) investigou e levantou dados fiscais e financeiros sigilosos” do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira<sup>7</sup>, caso denunciado por ele mesmo ao jornal.

Em 2 de julho de 2010, um processo administrativo disciplinar da Receita Federal foi aberto para investigar o crime ora denunciado. Dias depois, um relatório da Corregedoria da Receita concluiu que, entre abril e outubro de 2009, não apenas Eduardo Jorge, mas outros indivíduos tiveram dados sigilosos acessados, em Mauá e Santo André (SP) e em Formiga (MG). Junto à ação, em 5 de julho, foram instaurados inquéritos policiais para investigar as acusações de violações ocorridas na Receita, conforme nota do Ministério Público Federal à imprensa<sup>8</sup>. Os dados obtidos dos contribuintes, segundo a maioria dos jornais divulgou, constavam no relatório da “Operação Caribe”, uma investigação sobre operações suspeitas em paraísos fiscais de pessoas próximas a José Serra e a FHC, realizada entre 2001 e 2008 pelo jornalista Amaury Ribeiro. A acusação relacionou Amaury, Dilma Rousseff e José Serra: parte desse relatório estava presente em um dossiê preparado pelo chamado “núcleo de inteligência” da pré-campanha de Dilma, elaborado contra o candidato José Serra, segundo *Veja*<sup>9</sup>, à moda do conhecido *Escândalo dos Alopados*,

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1419195-5601,00-AECIO+DIZ+QUE+NAO+TERIA+MAIS+TEMPO+PARA+IMPLEMENTAR+PROJETO+AMPLO+DE+ALIANC.html>>.

<sup>7</sup> Disponível em:

<<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=108529&noticia=pt-fez-dossie-com-dados-sigilosos-de-vice-presidente-do-psdb>>.

<sup>8</sup> *Consultor Jurídico*, “Computadores da Receita são periciados pela PF” (02/09/10). Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-set-02/justica-manda-periciar-computadores-suspeitos-quebra-sigilo>>.

<sup>9</sup> “Ele era o alvo” (01/09/10), de Fernando Mello e Rodrigo Rangel, edição 2180.

de 2006, quando petistas foram flagrados com malas de dinheiro para comprar um dossiê contra Serra.

Uma versão entre as principais instâncias de mídia do país sustentou que Amaury Ribeiro havia encomendado a um despachante - mais tarde, identificado como Dirceu Garcia, segundo o Termo de Declaração que este prestou à Polícia Federal, divulgado em *O Estado de São Paulo*<sup>10</sup> - que terceirizou a tarefa para Ademir Estevam Cabral o serviço ilegal da violação na Receita, pelo valor inicial de R\$ 12.000 para bancar as despesas do trabalho solicitado. O objetivo era montar um dossiê contra José Serra, a partir de informações que o jornalista havia conseguido ilegalmente, trabalhando no *Estado de Minas*, como *Veja* noticiou<sup>11</sup>. Contra esta versão, em uma nota de esclarecimento publicada no *Conversa Afhada*<sup>12</sup>, do jornalista Paulo Henrique Amorim, em 13 de setembro de 2010, Amaury negou o envolvimento com o núcleo de imprensa do PT e desmentiu a tese de que houve quebra de sigilo para a confecção de seu livro *Privataria Tucana* (2011), afirmando que este foi embasado em um relatório obtido na Justiça de São Paulo sobre privatizações no país. Argumentou também, em depoimento à Polícia Federal, publicado em *Estadão*<sup>13</sup>, que as informações vazadas teriam sido roubadas do seu *notebook* a mando de Rui Falcão, vice-presidente do PT à época, em um hotel em Brasília.

### Seleção das instâncias midiáticas para análise

Compreendido e delimitado o contexto do evento, passamos à fase de seleção das práticas discursivas midiáticas que deverão compor o *corpus* de análise. Em vista do propósito de expor a movimentação tensa

---

<sup>10</sup> “Termo de Declarações que presta Dirceu Rodrigues Garcia na forma da Lei” (06/10/10). Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/dbarquivos/declara-dirceu.pdf>>.

<sup>11</sup> “O Estado a serviço do partido” (08/09/09), de Daniel Pereira e Otávio Cabral, edição 2181.

<sup>12</sup> Nota de Esclarecimento de Amaury Ribeiro. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2010/09/13/documento-amaury-repete-a-p-f-que-nao-violou-sigilo-dados-da-filha-de-serra-sao-publicos/>>.

<sup>13</sup> “Termo de Reinquirição que presta Amaury Ribeiro Júnior à PF” (15/10/10). Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jornalista-amaury-ribeiro-jr-e-indiciado-por-4-crimes-pela-policia-federal,629651>>.

de significados na construção discursiva do escândalo político em termos de luta por sentidos, escolhemos dois *loci* de enunciação que, ao longo do desenvolvimento do evento, construíram seus discursos em direções de significação opostas: as revistas semanais brasileiras *Veja* e *Carta Capital*.

De um lado, a revista *Veja* caracteriza-se por possuir i) alta média de circulação nacional; ii) vínculo com grandes conglomerados empresariais de comunicação no país; e iii) poder de pauta jornalística. O periódico, que é uma publicação do grupo Abril Comunicações S.A., um dos maiores da América Latina, foi fundado em 1968, durante o período da Ditadura Militar no Brasil pelo empresário Roberto Civita e pelo jornalista Demetrio Giuliano Gianni Carta, comumente conhecido como Mino Carta, que, por sua vez, também atuou nos periódicos *Quatro Rodas*, *IstoÉ*, *Jornal da Tarde*, *Jornal da República* e *Carta Capital*. *Veja* englobava, à época do escândalo, cerca 8 milhões de leitores, com média de circulação nacional de 1.038.053 por edição e tiragem média de 1.179.807, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC) e a Agência Nacional de Editores de Revistas.

De outro lado, a revista *Carta Capital*, publicada pela Editora Confiança LTDA., caracteriza-se por possuir i) circulação nacional média à baixa; ii) vínculo com médios e pequenos grupos empresariais de comunicação; e iii) posição de contra-argumento às notícias pautadas pelos congêneres hegemônicos. O periódico, fundado em 1994 pelos jornalistas Mino Carta e Roberto Fernandes de Souza, detinha, à época do escândalo, circulação média de 30.561 e tiragem de aproximadamente 65.000 exemplares, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC) e a Agência Nacional de Editores de Revistas. Possui parceria com os jornais britânicos *The Economist*, de propriedade do *The Economist Group*, e *The Observer*.

### **Coleta do corpus**

Depois de definir as instâncias enunciativas midiáticas cujas práticas são nosso foco de investigação, coligimos o *corpus* para a análise textual propriamente dita. Este procedimento foi operacionalizado em dois momentos.

No primeiro momento, organizamos cronologicamente o percurso de desenvolvimento do escândalo *Novos Alopados* à maneira de uma sequência narrativa. De acordo com Thompson (2002, p.103), um escândalo político possui, geralmente, quatro fases de desdobramento. Assim, relacionamos as fases de desenvolvimento do evento em foco à estrutura sequencial de uma narrativa. Uma sequência narrativa é, conforme Barthes (2011), uma série lógica de núcleos, em que as unidades são ameaçadas, à medida que “a dimensão temporal, sobre a qual se encontram situadas, é ‘dicotomizada’ em um antes vs um depois” (BARTHES et al, 2011, p.63). Essa dicotomia corresponde às mudanças de uma situação para outra. Com base nisso, definimos a construção discursiva do evento como uma sequência narrativa estruturada em quatro núcleos.

Primeiro, a fase do pré-escândalo, que envolve investigações e inquéritos que são tornados públicos na imprensa, quando surgem as denúncias e acusações. No caso *Novos Alopados*, o primeiro núcleo da narrativa corresponde ao período entre o início de junho e o final de julho de 2010, com a publicação da reportagem-denúncia de *Veja* (02/06/2010) e a abertura de processos administrativos, como o PAD nº 16302.0000128/2010-99 da Corregedoria da Receita Federal, e inquéritos, como o inquérito policial nº 839/2010 da PF.

Segundo, a fase do escândalo propriamente dito, que consiste no momento em que cada movimento pode acarretar “um movimento contrário, alegações podem produzir negativas, ameaças de divulgação podem ocasionar ameaças de calúnia” (THOMPSON, 2002, p.105). No *Novos Alopados*, o segundo núcleo da narrativa equivale ao período do final de julho ao início de setembro de 2010, caracterizado pela complexa teia de afirmações e contra-afirmações na imprensa, quando surgem as transgressões de segunda ordem, como o investimento público federal em rádios e tevês comunitárias, entre elas a TV dos Trabalhadores (SP), e o caso das violações de dados bancários realizadas pela empresa vinculada à filha de José Serra, a Decidir.com.

Terceiro, a fase do clímax ou desenlace, que corresponde ao ponto mais crítico do evento, com a ocorrência de confissões de culpa, renúncias, demissões e julgamentos. O terceiro núcleo da sequência narrativa do evento em foco compreende o intervalo de tempo de setembro de 2010, momento em que parte das investigações já havia alcançado alguns resultados, como o indiciamento do jornalista Amaury Ribeiro pela Polícia Federal e a autuação de ação de improbidade administrativa do Ministério Público Federal (processo nº 2002.34.00.029731-6) contra José Serra e Gregório Preciado.

Por fim, a fase das consequências encerra o desdobramento do escândalo, quando jornalistas, políticos, intelectuais e, às vezes, os próprios participantes do evento avaliam as ações e os acontecimentos informados e suas consequências. O quarto núcleo da narrativa é desdobrado ao longo de outubro de 2010, quando o período eleitoral chega ao fim, e, logo, o escândalo facilmente se dissipa na imprensa.

No segundo momento da etapa de coleta do *corpus*, selecionamos, para cada fase, duas reportagens, uma de cada revista, em formatos impresso e digital, para a análise discurso-textual pretendida. Tal escolha foi orientada pelo intuito de evidenciar os instantes em que as práticas discursivas midiáticas mais divergiram entre si a respeito do conteúdo informado, em um ou mais pontos críticos. Por pontos críticos compreendemos os instantes dos discursos em que se podem notar desacordos quanto a determinados sentidos constituídos. Mais especificamente, as reportagens, em cada fase, foram selecionadas à luz da identificação de pontos de tensões ou contradições entre as práticas quanto aos seguintes objetos:

- I. Transgressão original: a quebra de sigilo fiscal denunciada, envolvendo a elaboração do dossiê contra o político José Serra, que teria justificado a violação ilegal de dados na Receita Federal;
- II. Transgressão de segunda ordem: a criação da TV dos Trabalhadores (TVT), por meio de investimentos tecnológicos e financeiros do governo federal, no ano eleitoral de 2010, e a

violação e publicação de dados bancários realizadas pela empresa Decidir.com, em 2001;

A delimitação temporal do evento, estruturada em quatro sequências narrativas, e a seleção das reportagens referentes a cada fase de seu desenvolvimento são sintetizadas do seguinte modo:

**Tabela 1:** Delimitação do *corpus*

Período	Características	Reportagem	
		VEJA	CARTA CAPITAL
<b>Fase I</b> junho- julho/2010	Denúncia da quebra ilegal de sigilo fiscal; abertura de inquéritos e processos administrativos;	Ordem na casa do Lago Sul (02/06/2010)	O dossiê do dossiê do dossiê (09/06/2010)
<b>Fase II</b> julho- setembro/2010	Jogo de afirmações e contra-afirmações; revelações, alegações e acusações entre os participantes;	A busca da hegemonia (01/09/10)	As quebras de sigilo fiscal (02/09/10)
<b>Fase III</b> setembro/2010	Confissões de culpa; demissões e afastamentos de funcionários públicos; indiciamentos e autuações; processos criminais;	O Estado a serviço do partido (08/09/10)	Sinais trocados (13/09/10)
<b>Fase IV</b> outubro/2010	Retorno de algumas ações e acusações do evento; alguns resultados de processos criminais e de comissões de investigação; comentários e reflexão sobre o evento;	Intrigas de Estado (23/10/10)	Uma guerra tucana (27/10/2010)

### Mecanismo de categorização de dados

Na pesquisa, dedicamo-nos à descrição do emprego da estratégia discursivo-textual da metáfora em cada uma das práticas discursivas investigadas, separadamente, com base nas classificações propostas por Lakoff e Johnson (2002). A categorização dos dados foi realizada tendo como unidade de referência a *oração*, no interior da qual identificamos e classificamos os tipos de metáforas mobilizadas através das unidades linguísticas *deverbos ou sintagmas verbais* e *nomes ou sintagmas nominais*, tal como exposto no quadro abaixo:

**Tabela 2:** Categorização de dados

<b>Categoria</b>	<b>Classificação</b>	<b>Unidades linguísticas de análise</b>
Metáfora	Metáfora conceitual	<i>verbos/sintagmas verbais</i> <i>nomes/sintagmas nominais</i>
	Metáfora orientacional	
	Metáfora ontológica	

### Resultados

Na prática discursiva de *Veja*, o emprego da estratégia discursivo-textual da metáfora, referente à representação da transgressão original do evento (a atividade da quebra de sigilo fiscal na elaboração do dossiê) e da transgressão de segunda ordem (a criação da TVT), em cada reportagem, está disposto do seguinte modo:

**Tabela 3:** Metáforas em *Veja*

<b>A ordem na casa do Lago Sul (02/06/2010)</b>	
<b>Objeto</b>	<b>Metáfora</b>
O comando do PT teve de intervir pesado.	Conceitual
A lama estourou no colo dele.	Ontológica
A turma começava a exercitar os músculos.	Conceitual
[...]testar suas rotinas subterrâneas.	Conceitual/Orientacional
Desceu uma rajada sobre eles.	Ontológica/Orientacional
[...] alagar os porões.	Ontológica/Orientacional
Lanzetta recrutou gente da pesada.	Conceitual
<b>A busca da hegemonia (01/09/2010)</b>	
<b>Objeto</b>	<b>Metáfora</b>
A estratégia de supressão da verdade caminha em três frentes.	Ontológica/Orientacional
Quem estaria por trás do cerco [...]	Ontológica/Orientacional
<b>O Estado a serviço do partido (08/09/2010)</b>	
<b>Objeto</b>	<b>Metáfora</b>
[...] mostra o enfraquecimento das instituições na era Lula.	Ontológica
[...]é apenas o episódio mais recente do contínuo processo de agressão.	Conceitual
O aparelho foi estourado pela reportagem.	Ontológica/Conceitual
Veio ordem de cima para debandar[...]	Orientacional/Conceitual
Os ladrões petistas teriam invadido o hotel.	Conceitual
Isso reforçaria a suspeita da existência de uma conspiração.	Conceitual
Toda essa máquina de destruição do estado opera [...]	Ontológica/Conceitual
[...]fogo amigo também queima.	Ontológica/Conceitual
<b>Intrigas de Estado (27/10/10)</b>	
<b>Objeto</b>	<b>Metáfora</b>
[...]se apossar do estado/aparelhá-lo/e usá-lo.	Conceitual
[...] para atingir determinados alvos.	Conceitual
O quartel-general da pré-campanha de Dilma Rousseff [...]	Conceitual
O clima de desconfiança do Ministério da Justiça contaminou até o mais alto escalão.	Ontológica/Conceitual/ Orientacional

A análise da prática discursiva de *Veja* indica que o escândalo político *Novos Alopados* foi significado como uma guerra, a partir do uso de metáforas referentes ao campo semântico bélico. Para construir e legitimar o sentido de guerra, a revista lançou mão predominantemente da estratégia de metáfora conceitual ou estrutural. Este recurso discursivo-textual atuou na construção de um tipo específico de racionalidade que concebe as ações e atividades das transgressões originais e secundárias em termos de violência, luta armada, destruição e atentado. Na significação dessas transgressões, houve a inclusão somente dos atores sociais PT e Dilma Rousseff, situados frequentemente como líderes de empreitadas criminosas e comandantes de quadrilha. A metáfora conceitual é operada por *Veja* comumente em nomes ou sintagmas nominais, o que provoca o efeito semântico de naturalização das ações e atividades referidas, isto é, informadas como fatos, evidentes e inquestionáveis.

Junto à metáfora conceitual, a estratégia de metáfora orientacional contribui para racionalizar as ações e atividades referidas nas reportagens de modo negativo e reprovativo, potencializando os efeitos de indignação e de repulsa no julgamento dos acontecimentos e de seus autores, uma vez que, por reiteração, cristaliza as imagens de desmoralização, sujeira e de incivilidade com respeito ao evento e aos atores sociais envolvidos. Tal estrutura imagética tem sua legitimidade e poder de persuasão fortalecidos pelo uso recorrente da metáfora ontológica, que institui e fundamenta o modo de racionalizar o evento como uma guerra entre o bem e o mal. Ao significar as experiências implicadas no escândalo em referência ao campo semântico bélico, ao reificar a causa dos problemas e desajustes do estado brasileiro na figura dos atores PT e Dilma Rousseff e ao construir a imagem da organização institucional da política como máquina, este recurso torna-se bastante útil na compreensão e no julgamento do evento como guerra ou atentado contra a democracia e o povo.

Na prática discursiva de *Carta Capital*, o quadro de uso da estratégia discursivo-textual da metáfora, a respeito da representação da transgressão original do evento (a atividade da quebra de sigilo fiscal na elaboração do dossiê) e da transgressão de segunda ordem (as violações de dados bancários pela Decidir.com), apresenta a seguinte disposição:

**Tabela 4: Metáforas em Carta Capital**

<b>Reportagem: O dossiê do dossiê do dossiê (09/06/2010)</b>	
<b>Objeto</b>	<b>Metáfora</b>
Os leitores dos jornais foram inundados com informações sobre uma trama [...]	Conceitual
[...]envolveria a fabricação de dossiês.	Conceitual/Ontológica
Os boatos sobre a fábrica de dossiês [...]	Conceitual/Ontológica
[...] a razão de os tucanos terem lançado um ataque.	Conceitual
[...] a mídia embarcou com entusiasmo na versão.	Conceitual
[...]desencadeassem uma onda de boatos.	Conceitual
[...]não aceitará a confecção de dossiês.	Conceitual
<b>Reportagem: As quebras de sigilo fiscal (02/09/10)</b>	
<b>Objeto</b>	<b>Metáfora</b>
[...]o PSDB vai ao ataque na TV.	Conceitual
Munido de uma procuração [...]	Conceitual
[...]o PSDB já foi para o ataque .	Conceitual
Que munição bombástica teria o suposto emissário da campanha de Dilma?	Conceitual/Ontológica
[...]para desestabilizar o adversário	Conceitual
<b>Reportagem: Sinais trocados (13/09/10)</b>	
<b>Objeto</b>	<b>Metáfora</b>
Queria explicações sobre um caso escabroso.	Conceitual
[...]não enxergou, como agora, nenhum indício de um grave atentado contra os direitos dos cidadãos.	Conceitual/Ontológica
[...]é fruto de uma negociação nebulosa.	Conceitual/Ontológica
Era, por assim dizer, um balcão facilitador.	Ontológica
As duas também deveriam ter sido alvo.	Conceitual
A morte súbita do caso não chega a ser um mistério.	Conceitual/Ontológica
<b>Reportagem: Uma guerra Tucana (27/10/10)</b>	
<b>Objeto</b>	<b>Metáfora</b>
A mídia rebola para esconder o fato.	Ontológica
[...]a quebra do sigilo da turma de Serra é fruto de uma guerra Tucana.	Conceitual
[...]para colocar nos eixos a história da quebra de sigilos.	Ontológica
[...] acabou por atingir o tucanato.	Conceitual
As informações foram utilizadas para a confecção de relatórios.	Conceitual
[...] para fabricar dossiês contra Serra.	Conceitual
[...] está na base de outra disputa fratricida.	Conceitual
O parlamentar rebateu as acusações.	Conceitual

O exame da prática discursiva de *Carta Capital* aponta para a construção significativa do evento também como uma guerra, a partir do emprego de metáforas que, frequentemente, referem-se ao campo semântico bélico. Através do uso da metáfora conceitual, que é predominante em toda a extensão das reportagens, o modo de racionalizar o escândalo como uma guerra caracteriza-se não pela imagem de um exército fascista de controle do estado atacando o inimigo ou de uma quadrilha de ladrões planejando uma ofensiva criminosa, como ocorreu em *Veja*, mas como uma disputa de reputação e capital simbólico entre dois lados opostos estabelecida na esfera da deliberação pública. O ataque, aqui, dá-se em termos de afirmações, acusações e explicações, sustentado sob a máxima de que discussão é guerra.

Tal recurso, o da metáfora conceitual, é operado junto à metáfora ontológica, que é empregada em todas as reportagens da revista. Por essa direção, constrói-se um modo de racionalidade sobre o evento e seus participantes que concebe os acontecimentos mencionados pela imprensa em geral como não-fatos, a partir da referência às ideias de fabricação, negociação, confecção e forjamento. Um dos efeitos possíveis dessa operação é a desnaturalização do que fora informado como sendo dado evidente pelos congêneres midiáticos hegemônicos. Diferentemente do que houve em *Veja*, aqui as reportagens incluíram transgressões originais e secundárias relacionadas não apenas aos atores sociais PT e Dilma Rousseff, mas também aos atores PSDB e José Serra, posicionados, através das metáforas conceitual e ontológica, como participantes da guerra, sendo estes últimos os reais inimigos que atacam os primeiros. A ausência de metáfora orientacional nas reportagens não indica falta de apreciação positiva ou negativa acerca dos acontecimentos e sujeitos envolvidos, à maneira de uma reivindicação de neutralidade, mas a concepção geral de desordem e de indeterminação, tal como as expressões “inundado”, “nebuloso” e “colocar nos eixos” reforçam.

## Conclusão

O objetivo deste artigo foi descrever e discutir de que forma o escândalo político instituiu-se simbolicamente através de práticas discursivas articuladas por instâncias enunciativas de mídia. Mais especificamente, realizou-se uma investigação comparativa entre as práticas discursivas das revistas semanais brasileiras *Veja* e *Carta Capital*, quanto à significação do evento *Novos Alopados*, com foco sobre a análise do uso da estratégia discursivo-textual da metáfora. Como foi visto, a metáfora, ao nos fazer compreender as experiências como objetos inteligíveis e delimitáveis, nos direciona a categorizá-las de determinado modo, agrupá-las ou distingui-las, de quantificá-las e julgá-las, de, enfim, produzir ou transformar formas de racionalidade na vida social.

Ao fim do exame, a pesquisa revelou algumas características constitutivas do caso *Novos Alopados* que, permitindo dar um passo em direção à promoção de leituras mais responsáveis, em termos éticos e políticos, sobre o escândalo político em geral, podem ser organizadas na forma dos seguintes tópicos:

- escândalo político é constituído simbólico-discursivamente. Com isso, o que se quer dizer não é que ações e acontecimentos referidos nas reportagens não possuem existência própria, mas que é o modo de conceber a existência que depende do sistema classificatório e organizador do discurso. É isto a prática articulatória discursiva. Assim, o que, em princípio, negamos ou descartamos nesta pesquisa não é a existência dos fatos em si, mas a ideia de que eles se constituem como tais à margem da condição discursiva da emergência do escândalo político;
- escândalo político é formado pela mediação textual das práticas discursivas midiáticas que o (in)formam. Através de uma extensa e complexa rede de textos que são produzidos, consumidos e interpretados pelas pessoas, inclusive na esfera privada de suas vidas, dá-se a mediação entre o evento em particular e a conjuntura social. Isso evidencia que o poder de efeito do escândalo não se restringe ao embate entre

personagens e seus partidos, mas se amplia à estrutura social e às formas de vida que coexistem na sociedade;

- escândalo político é configurado por práticas de articulação hegemônica, que constituem o próprio discurso. Isto é, os discursos de instâncias enunciativas midiáticas distintas articulam diferentes elementos da sociedade (como empresas, instituições públicas e privadas, grupos e classes sociais e diversas figuras políticas, que possuem papéis, propósitos e agências distintas na vida pública) em momentos no interior de um movimento tenso de significações na vida social, instituindo relações de equivalência e diferença quanto a inimigos ou interesses comuns;
- movimento de significação do escândalo político através de metáforas atua na criação de racionalidades sociais, por exemplo, quanto a identificações de atores sociais (tais como figuras políticas, instituições públicas e organizações e veículos de mídia), quanto a representações e legitimações de ações e atividades (da política institucional, do jornalismo e da jurisdição, por exemplo) e quanto à reprodução ou transformação de modos de vida, ao (re)fundar ideologicamente um conjunto de sentidos que pode mudar ou manter relações de conflito e oposições na dimensão da práxis.

Nesses termos, o escândalo político consiste em uma luta social. Como a totalidade e a objetividade do sentido nunca se realizam em plenitude, pois a impossibilidade é resultante da pluralidade de discursos que constitui toda e qualquer prática articulatória, então não cabe pensar o escândalo político segundo regimes de racionalidade orientados pela crença em uma verdade última, a partir da qual se pode julgar o discurso midiático em termos de maior ou menor distorção de fatos. Não se trata, pois, da transmissão midiática de atividades ilícitas no campo restrito da política institucional, mas, para muito além disso, de uma luta de significações pela hegemonia de determinados sentidos e formas de vida.

## Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BARTHES, R. (Org.) *Análise estrutural da narrativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- BECK, U. (Org.) *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. *Questions de sociologie*. Paris: LesÉditions de Minuit, 1984.
- DERRIDA, J. Structure, sign and play in the discourse of the human sciences. In: *Writing and difference*. Londres: Routledge, 1978.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GIDDENS, A. *Europe in the Global Age*. Polity Press: Cambridge, 2007.
- KING, A. Sex, money and power. In: HODDER-WILLIAMS, R.; CEASER, J. (Orgs.). *Politics in Britain and the United States: comparative perspectives*. Durhan: Duke University Press, 1986.
- LACAN, J. J. Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. *O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- LACLAU, E. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LACLAU, E. *Debates e combates: por um nuevo horizonte de la política*. Buenos Aires: Fondo de CulturaEconómica, 2008.
- LACLAU, E. *New reflections on the revolution of our time*. London: Verso, 1990.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista:hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- SAFATLE, V. *Cinismo e Falência da Crítica*. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.
- SCHUDSON, M. *Discovery the news: a social history of American newspapers*. New York: Basic Books, 1978.
- SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

**A constituição discursiva do escândalo político como luta social...**

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

THOMPSON, J. B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VANIER, A. *Lacan*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2009.